



CÚPULA
DOS POVOS
NO CAMINHO A RIO+20

D DOCUMENTOS
PARA O DEBATE

O que se passará na Rio+20? Quais são os desafios e problemáticas em jogo? Como nos preparar?

Propostas para um projeto cidadão

Arnaud Blin, Gustavo Marin
Fundación Charles Léopold Mayer
e Fórum por uma Nova
Governança Mundial

Com a colaboração de
François Souldard - Traversées

Outubro - Novembro de 2010

*"It always seems impossible until
it is done"*

*"Sempre parece impossível até
ser feito" - Nelson Mandela*



Apresentação

Este documento começa com uma reflexão sobre o contexto histórico no qual se insere a Rio+20. Certamente, cada pessoa, cada povo, pode conceber sua própria cronologia atribuindo mais importância a uns acontecimentos do que a outros. Sem buscar prolongar excessivamente a perspectiva histórica do período atual tendo em vista Rio+20, começamos o documento evocando a revolução francesa e as guerras napoleônicas das primeiras décadas do século XIX. Alguns se perguntarão por que ir 200 anos atrás, mas este enfoque é necessário para apreciar o contexto histórico e conceber a Rio+20 em maio de 2012 não só como um evento efêmero, mas como uma etapa chave nos caminhos que estamos construindo. Em todo caso, a evocação à Tomada da Bastilha é só um ponto de referência e saltamos em seguida ao contexto atual. Reiteramos que cada um pode encontrar outros pontos de referência histórica.

A segunda parte apresenta os atores que estarão na Rio+20, os desafios em jogo, os temas que serão debatidos, os pilares éticos que estarão na profundidade do processo. A terceira e última parte lista algumas tarefas específicas por realizar e propõe um marco flexível e evolutivo de iniciativas com o fim de pôr em marcha uma dinâmica coletiva e participativa.

Este documento é só um texto de trabalho que pode ser utilizado, modificado, enriquecido com as contribuições de todas e todos.

Atenciosamente, pela equipe do FNGM,

Gustavo Marin



Preludio

14 de julho de 1789. Os muros da Bastilha, símbolo supremo da arbitrariedade do poder absoluto, caem sob os fortes e reiterados ataques de um povo alvorçado. Um dos maiores acontecimentos da história já se está perfilando.

14 de julho de 1809. Exatamente vinte anos após a tomada da Bastilha, um pequeno homem vestido de cinza entra triunfalmente no palácio de Schoenbrunn, em Viena. Alguns dias antes, seu exército abateu ao império austríaco nas planícies de Wagram e ele acaba de assinar o armistício com seu adversário. Doravante, Napoleão é o senhor da Europa. Teria que se remontar até Carlos Magno para encontrar a um indivíduo que tenha possuído sozinho tanta influência sobre os acontecimentos e um poder tão formidável sobre os povos da Europa continental.

Entre esses dois acontecimentos, a formidável energia popular que tinha gestado uma das maiores revoluções populares da história se transformou rapidamente em uma ilusória busca de dominação total por parte de homens que buscavam, inicialmente, desconstruir e depois reconstruir a sociedade em sua pureza mais absoluta, e mais tarde conquistar vastos territórios.

4 de junho e 9 de novembro de 1989. Duzentos anos depois da queda da Bastilha, nos dois extremos do continente euro-asiático, homens e mulheres recusam uma vez mais a arbitrariedade do poder absoluto. Na praça Tian'anmen uma revolta popular é brutalmente reprimida. Em Berlim, pelo contrário, outro muro da vergonha desmorona sob os golpes dos manifestantes, ávidos por terminar com o caráter absurdo do jugo totalitário.

Dezembro de 2009. Vinte anos depois desses acontecimentos, que marcaram cada um a sua maneira o curso da história, realiza-se em Copenhague uma grande conferência sobre a mudança climática. Longe de desembocar em um acordo à altura do que estava em jogo, a conferência põe em manifesto, sobretudo, a aspereza das lutas de poder que opõem às antigas potências e ao mundo emergente. No meio desse contexto, as Nações Unidas mostram-se



incapazes de manejar os conflitos latentes entre os dirigentes de algumas potências em disputa, enquanto o restante dos participantes do mundo inteiro assiste impotente ao que representa, ante os olhos de todos, uma constatação do fracasso.

Contexto

A história das nossas sociedades vê-se confinada, com demasiada freqüência, a uma luta de poderes. A luta de classes que Marx e Engels perceberam como o motor subjacente da evolução de todas as nossas sociedades, nós a substituiremos bem mais por um combate perpétuo e sempre renovado entre minorias que apontam à preservação de um status quo que lhes seja favorável, ou revogá-lo ou fortalecê-lo mais a seu favor. Não dizia já, por exemplo, o Manifesto do Partido Comunista precisamente, que “Todos os movimentos históricos foram, até agora, levados adiante por minorias ou em benefício de minorias”?

Hoje, vinte anos depois de terminada a áspera luta de poderes que constituiu a Guerra Fria, e depois de todas as esperanças que suscitou o fim desse conflito, nos vemos obrigados a constatar que os antigos reflexos seguem guiando a nossos dirigentes e que o poder, por sua vez, também se mantém duradouramente em mãos destes últimos. Verdadeiro é que há outros elementos, incluídos alguns elementos perturbadores, que pesam sobre nosso destino. Entretanto, frente a essas influências difusas, e às vezes também confusas, as vias clássicas do poder seguem sendo, para bem e para mal, as chaves de nosso presente, talvez de nosso futuro.

Verdadeiro é também que a chegada de novos atores que se postulam como protagonistas às vezes nos dá a sensação de um renascimento saudável. Mas o surgimento do Brasil, da Índia, da África do Sul e o ressurgimento da China ou da Rússia estão insuflando um espírito que poderia renovar a arquitetura da governança mundial, ou se trata simplesmente de um relooking de fachada que estaria ocultando grosseiramente as fissuras cada vez mais profundas de um velho edifício em decadência?



Com bastante frequência, esta irrupção de novos atores traduz-se nos fatos por uma bela arrogância, a arrogância que mostram aqueles ou aquelas que, depois de uma longa espera, ascendem por fim ao clube fechado dos grandes deste mundo. Nestes últimos tempos, nem China nem Brasil, ou pelo menos seus mais altos representantes, souberam resistir a esse obstáculo contra o qual chocaram-se todos os que, antes que eles, ascenderam ao posto de grande potência. “Os prejuízos contra os quais se previnem os homens, advertia Maquiavel, são os que infligem em seus adversários, como se sempre fosse necessário ser opressor ou oprimido”.

Aos idealistas que vêm no poder um meio, ainda que imperfeito, para fazer avançar a civilização, podemos opor os realistas que só pensam no poder, ainda que alguns o lamentem, como um fim em si mesmo, objeto último de todo processo político. Uma rápida observação sobre a história da humanidade mostra-nos que enquanto o realismo dos Kautilya, Hobbes e outros como Maquiavel nos permite manter um equilíbrio razoável entre as expectativas e as práticas, também podemos constatar que uma boa dose de idealismo é indispensável para que as coisas se movam, avancem, progridam.

O século XX produziu uma boa quantidade de grandes desilusões. Estas culminaram inicialmente num vento de realismo, antes que a grande abertura de 1989 nos fizesse mudar radicalmente de direção. Após 1991, e em particular na cúpula do Rio de 1992, tudo parecia possível. E era verdadeiro que o retrocesso repentino do espectro da guerra global nos permitia, pela primeira vez, refletir seriamente sobre a saúde do planeta, enquanto até esse momento só a da humanidade tinha ocupado nossa atenção.

Logicamente, esse novo impulso estava acompanhado por um verdadeiro cinismo em relação a nós mesmos, com essa idéia incipiente de que, afinal de contas, o ser humano seria o responsável por todos os males do planeta, esses males que descobríamos de repente, à medida que se ia afastando a ameaça da guerra nuclear, ameaça central da Guerra Fria. De fato, o verdadeiro ecologismo radical se desenvolveria então, esquecendo-se quase do ser humano para se preocupar em primeiro lugar, e quase exclusivamente, da terra, ainda que o princípio número um da Declaração de Rio estipulava que



“Os seres humanos estão no centro das preocupações relativas ao desenvolvimento sustentável”. No entanto, muito rapidamente os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento restabeleceriam um equilíbrio verdadeiro na matéria, sempre com esse otimismo que desembocaria em expectativas muito elevadas em relação aos meios postos a disposição, com as conseqüências lógicas que isto pode ter em termos de realização dos objetivos enunciados.

Mas voltemos a 1992. Ainda que os temas debatidos na Cúpula do Rio não fossem novos, já que uma primeira Cúpula da Terra tinha sido realizada vinte anos antes em Estocolmo (e uma segunda em Nairobi em 1982), tratava-se, nesse momento, da iniciativa mais séria e por longe a mais ambiciosa em matéria de proteção do meio-ambiente, em particular com as 2.500 recomendações do programa Agenda 21. Ainda tendo sido organizada sob os auspícios das Nações Unidas e, portanto, de certa forma, direta ou indiretamente por meio de seus Estados membros, a Cúpula do Rio gerou um novo espaço para a sociedade civil. No entanto, dez anos mais tarde, em Johannesburgo, a máquina mostraria sinais de debilidade, com um encontro marcado pelo problema do Oriente Médio e que anunciava também, de algum modo, a luta de poder que paralisaria o encontro de Copenhague.

De certa forma, estes reiterados fracassos que se seguiram ao sucesso do Rio são provavelmente imputáveis, em parte, às expectativas cada vez maiores que acompanham cada uma destas cúpulas. Depois do idealismo que provocou a onda libertadora de 1992, um cinismo real - correspondente a um idealismo decepcionado - afirmou-se agora, ameaçando afogar a cada uma destas grandes conferências sobre o meio-ambiente. De agora em diante, é conveniente então abordar os problemas com uma boa dose de realismo, de tal forma a poder preservar e capitalizar as experiências para uma nova onda criadora que nos projete para frente uma vez mais.



Os desafios e problemáticas em jogo

Até pouco tempo atrás, em um passado recente, os problemas de ordem identitária dominavam amplamente nossas consciências coletivas. De onde viemos? Quem somos? Duas perguntas que atormentam nossas mentes. Depois de vários séculos de conflitos, depois de vários períodos de colonização de uma brutalidade incomum, em um momento em que a noção de fronteira vai tendo cada vez menos sentido, tanto do ponto de vista político como econômico ou cultural, a resposta a essas perguntas, se é que as respostas existem, é importante para nos ajudar a entender quem somos. Mas no mesmo momento em que alguns países, em particular França e Alemanha, levam a questão da identidade ao nível do debate nacional, esse debate aparece como algo singularmente superado.

Pois o que se está desenvolvendo com força e vigor é a consciência de uma comunidade mundial. E essa consciência nascente não busca só saber quem somos, nem de onde viemos. Sua busca é outra. A pergunta que, de certa forma, define já a presença e a natureza dessa consciência coletiva é a seguinte: quem queremos ser e em que queremos nos converter?

A realização de uma consciência coletiva que acompanha o surgimento de uma comunidade mundial, por mais que seja uma evidência desta nova história que se está escrevendo diante de nossos olhos, vai na contramão da dinâmica política e econômica que segue guiando o mundo no século XXI. O Estado-Nação, que garante a estabilidade e a segurança de nossas sociedades, torna-se, por outro lado, uma força refratária a toda mudança susceptível de torná-lo obsoleto ou de debilitar sua influência e seu poder. Quanto ao mercado capitalista, essa força sem rosto que não tem outra razão de ser que a de sacar lucros e mais lucros, seus agentes e seus adoradores manifestam-se como adversários tão naturais como ferozes frente ao surgimento de uma comunidade mundial decidida a consertar essas injustiças e desigualdades que vão de encontro a sua consciência coletiva.



Diante desta energia negativa, cujas contradições se manifestam de modo real por meio da Organização das Nações Unidas - que paradoxalmente se afirma ao mesmo tempo como sua pendente positiva -, a marcha da história ameaça tropeçar a qualquer momento.

Em 1992 tudo parecia possível. Mas as forças externas, quase poderíamos dizer as forças reacionárias, trabalharam ativamente para restabelecer de modo verdadeiro a antiga ordem. Desde os neo-conservadores norte-americanos convencidos em prosseguir com seu avanço em novos cenários até os dirigentes chineses, desejosos de substituir a URSS como última muralha contra a superpotência, os adeptos às velhas regras do jogo ativaram-se com força para redefinir a nova ordem sobre as bases da antiga ordem. E, em certa medida, conseguiram-no.

Mas a história costuma possuir uma força e uma potência que é muito difícil e até perigoso reprimir. Já no século XIX os diplomatas tentaram restabelecer a antiga ordem no Congresso de Viena de 1815, mas novas forças, cujo alcance era difícil de imaginar nesse momento, aniquilariam o novo/antigo andaime, incapaz de conter a violência desencadeada que devoraria a Europa e depois o resto do mundo. Aqueles que, na atualidade, desejam ardentemente que voltemos a partir sobre as bases do passado deveriam aprender essa lição, para não correr o risco de perder tudo mais uma vez.

Porque desde 1992 as mentalidades têm mudado, e têm mudado muito, fenômeno que os governos valorizaram poucas vezes em sua justa medida. E essas mudanças profundas, já que são mudanças que afetam nossos modos de pensamento, não esperam senão materializar-se no nível das instituições e das práticas. E esse passo do pensamento à ação é o que resulta difícil.

Então, vinte anos depois da cúpula do Rio, após as vicissitudes dos anos 1990 e 2000, com frequência, relegadas a segundo plano pela ameaça de terrorismo - posta em relevo pelos governos, mas que, de fato, não ameaça muito em si mesma, a não ser uma verdadeira preocupação em alguns poucos países privilegiados -, é hora de passar à ação.



A Rio 92 soube propor perfeitamente os eixos essenciais do problema, mas essa não era senão uma etapa, fundamental certamente, dentro de um processo de grande fôlego que ainda hoje está em seus primeiros passos. A partir deste enfoque, a Rio+20 é outra etapa, e é importante não ver nela, como ocorreu em Copenhague, um momento decisivo para a humanidade, uma espécie de tudo ou nada onde o porvir do planeta está jogado no espaço de alguns dias.

A Rio+20 não será decisiva. Mas a cúpula constituirá um momento importante, ainda que não passe de um exercício de educação popular. Há que seguir sendo ambiciosos quanto ao projeto global, mas modestos em relação às expectativas específicas que nascerão dos debates. Não devemos tampouco crer ou tentar um acordo repentino entre todos os cidadãos do mundo. Pelo contrário, serão os desacordos que permitirão a implementação dos grandes temas.

É fundamental, em contrapartida, que a Rio+20 marque um passo para adiante. Em conseqüência, que a cúpula não seja novamente tomada como refém por um acontecimento externo, por uma disputa entre grandes potências, por problemas internos de um país ou uma região ou por uma efusão de emoções de todo tipo.

O ideal seria que desta cúpula surgisse uma visão pluricultural das bases políticas e éticas capazes de transformar a arquitetura da governança mundial e de fortalecer o sentimento de pertencimento a uma comunidade mundial em formação. Naturalmente, uma visão dessa índole é necessária também para avançar sensivelmente nas diferentes problemáticas postas sobre a mesa na Rio 2012. Por último, é imperativo que as partes envolvidas reflitam a diversidade dos participantes. Em outros termos, que os participantes participem efetivamente. Que a maioria não seja relegada uma vez mais à categoria de espectadores impotentes.

A partir desta perspectiva, é necessário preparar antecipadamente a Rio+20. Primeiro temos que entender claramente a natureza do que está em jogo, entender como se desenvolverá a Cúpula e depois antecipar o que ocorrerá



em seguida. Evidentemente, deve-se garantir o respeito a um equilíbrio entre as partes oficiais envolvidas e as representações de uma ampla sociedade civil que já se dará numa reunião marcada para maio de 2012 no Rio: é importante alentar a dinâmica de redes não-oficiais que lutam por abrir um espaço para os cidadãos do mundo sem esperar a decisão dos Estados. Em outras palavras, os movimentos e redes da sociedade civil atuarão com um discurso próprio, sem por isso se limitar a organizar uma contra-cúpula.

Na ótica desta fase preparatória da Cúpula da Rio+20 e de sua implementação há que ter em mente os três atores presentes, os três modelos que serão submetidos a debate, os três desafios que estarão em jogo e três valores fundamentais que servirão de guia para esta preparação.

Três atores:

1. Os governos que assistirão à Conferência oficial organizada pela ONU (denominada “Cúpula da Terra”),
2. As ONGs do sistema das Nações Unidas agrupadas no “Stakeholder Forum”,
3. A sociedade civil: movimentos sociais, redes, cientistas independentes, sindicatos, organizações de jovens, ONGs, etc. reunidos em uma “Cúpula dos Povos Rio+20”, que não só será um evento paralelo, como também está colocado como um ator fundamental na Rio+20.

Três modelos/ três perguntas:

1. Um modelo econômico: que tipo de “green economy” para erradicar ou, ao menos, reduzir a pobreza?
2. Um modelo político: que tipo de organização para uma nova governança mundial?
3. Um modelo ético: que tipo de humanidade?



Três desafios:

1. Controlar a mudança climática.
2. Conceber uma nova arquitetura da governança mundial.
3. Mudar de modelo de civilização.

Três valores:

1. Sustentabilidade
2. Solidariedade
3. Responsabilidade

Implementação da fase preparatória

Objetivos

- Dar um passo suplementar para a consciência e o sentimento de uma comunidade mundial (devemos ter sempre em mente também os saberes locais) de atores que está posta em marcha para a Rio+20 (e, mais além, para a transição para um mundo sustentável) por meio da troca contínua e estruturada de informações.
- Convidar a todos os atores que desejem nutrir o processo Rio+20 a apresentar suas ações e iniciativas, compartilhar o essencial de suas propostas e ligar-se de maneira autônoma com outros atores da comunidade mundial.
- Facilitar a navegação na complexidade das iniciativas, obter uma legibilidade estruturando a diversidade das contribuições e dos atores (incluindo os eventos preparatórios como seminários, oficinas, mesas de diálogo, etc.) em torno da estrutura da Cúpula, os temas de atualidade, as



grandes temáticas de ação, as áreas geoculturais (georreferenciamento), as estratégias de mudança e as propostas.

- Implementar uma dinâmica de coordenação da comunidade que poderíamos chamar On The Road to Rio +20, a partir da difusão de um suporte de conexão multilíngüe, mobilização de relevos continentais e realização de video clips.

Cadernos de propostas

- Elaborar Cadernos de Propostas sobre três temas prioritários, partindo do marco temático adiantado pela Comissão “Sustainable Development” da ONU, integrando-o dentro de uma visão mais consistente:

- 1. Que tipo de “economia verde” propomos para resolver a pobreza no mundo? - Propostas para a implementação de sociedades sustentáveis no começo do século XXI.
- 2. Que mecanismos e, portanto, estruturas de organização precisamos, do local ao global, para fazer possível uma “economia verde” capaz de contribuir com a erradicação da pobreza e refundar os modos de regulação entre os Estados e as sociedades? - Propostas para uma nova arquitetura da governança mundial.
- 3. Sobre que valores, sobre que bases éticas fundar o desenvolvimento de novos modelos de vida e assentar as bases de uma nova civilização para enfrentar os perigos do mundo atual e abrir novas perspectivas para a aventura humana neste começo de século XXI? - Propostas para uma Carta dos Cidadãos da Terra.

Modalidades

- * Apoiar encontros nos cinco continentes coordenados por redes e movimentos da sociedade civil relacionados com responsáveis políticos e organismos da ONU, cientistas e/ou empresários.



*** Organizar um seminário internacional em novembro de 2011 no Rio**

- Reunir, em novembro de 2011 no Rio, em torno de um núcleo sino-brasileiro, cerca de 30 atores e investigadores para discutir e completar os documentos que serão difundidos em forma de Cadernos de Propostas na Rio+20 em maio de 2012.

*** Lançar uma plataforma interativa**

- Garantir o gerenciamento dos conteúdos ao menos em 4 idiomas: português, inglês, castelhano e francês. Velar pela circulação de documentos escritos em chinês e outros idiomas amplamente difundidos.
- Conceber articulações entre ferramentas de rede social, de gerenciamento de banco de dados, de coordenação de redes e de georreferenciamento.
- Buscar associações com as ferramentas utilizadas comumente e pensar em poupanças de escala: Base de fichas, Elgg, Lorea, Jappix, Ming, Sympa, OpenStreetMap (+links com Facebook, Twitter).
- Contar com uma organização metodológica e gráfica atraentes que integrem a imagem. Privilegiar a simplicidade de uso (limitar as necessidades de assistência on-line).
- Armar uma equipe editorial de bom nível técnico e conceitual que maneje as traduções, a coordenação, a harmonização e a organização dos conteúdos.

*** Organizar uma cobertura midiática por meio da imprensa, televisão e Internet, com a participação de personalidades dispostas a advogar as propostas elaboradas em forma coletiva.**



Calendário

- Elaboração coletiva de um documento de base que sirva de fio condutor para os trabalhos: outubro-novembro de 2010.
- Concepção e teste da plataforma interativa: fim de 2010 e início de 2011.
- Lançamento no final do primeiro trimestre de 2011.
- Coordenação intensiva do primeiro trimestre de 2010 até meados de 2012.

